



ECOS DA GUERRA

Mais autonomia militar para a Europa

A Alemanha e a Otan reconheceram a necessidade de investir mais na segurança do continente após o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciar a decisão de retirar 5 mil soldados norte-americanos do território germânico

Andrew Caballero-Reynolds/AFP



O líder alemão Friedrich Merz com Donald Trump, na Casa Branca, em março: críticas à guerra contra o Irã azedaram a relação

O governo da Alemanha e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) reagiram à decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de retirar 5 mil soldados da Alemanha, e defenderam, ontem, o fortalecimento da autonomia militar do continente. Na noite de sexta-feira, o chefe da Casa Branca estabeleceu que 15% da tropa composta por 35 mil norte-americanos em território alemão será chamada de volta, um processo que, segundo o Pentágono, deve ser implementado entre seis e 12 meses.

A medida é mais um capítulo no desgaste das relações transatlânticas, agravadas desde o retorno de Donald Trump ao governo dos EUA. O anúncio ocorre em meio a divergências políticas, especialmente após críticas públicas do chanceler alemão Friedrich Merz à estratégia norte-americana no Oriente Médio, em particular em relação ao Irã. No início da semana, o líder declarou que falta a Washington uma estratégia para lidar com Teerã e afirmou que a República Islâmica teria “humilhado” os Estados Unidos.

A resposta de Trump foi imediata. “Ele acha que está tudo bem que o Irã obtenha a arma nuclear. Não sabe nem do que está falando”, disse o presidente norte-americano, intensificando o tom do confronto diplomático. No início dos ataques combinados com Israel ao território iraniano, deflagrados em 28 de fevereiro, o presidente dos Estados Unidos chegou a elogiar Merz, com quem se reuniu na Casa Branca, e agradeceu a autorização do uso das bases alemãs no Golfo.

O anúncio da retirada parcial das tropas coincide com um momento delicado para a segurança europeia, ainda marcado pelos efeitos da guerra na Ucrânia e por uma crescente percepção de imprevisibilidade na política externa norte-americana. A aproximação entre Washington e Moscou, somada a declarações controversas de Trump — como a ameaça de assumir o controle da Groenlândia, território da Dinamarca, membro da Otan —, tem levado países europeus a reconsiderar sua dependência militar em relação aos Estados Unidos.

Responsabilidade

Apesar do clima de tensão, o ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, buscou minimizar o impacto da decisão norte-americana. “Esperava-se que tropas dos Estados Unidos fossem retiradas da Europa, e também da Alemanha”, afirmou, em declaração oficial. Ao mesmo tempo, reconheceu a necessidade de o continente reforçar as próprias tropas. “Nós, europeus,

Nós, europeus, temos que assumir uma responsabilidade maior por nossa segurança”

Boris Pistorius, ministro alemão da Defesa

temos que assumir uma responsabilidade maior por nossa segurança.”

A Otan também reagiu com cautela. A porta-voz da Aliança Atlântica, Allison Hart, informou que o bloco está “trabalhando com os Estados Unidos para entender os detalhes de sua decisão sobre o dispositivo militar na Alemanha”. “Esse episódio ressalta a necessidade de que a Europa continue investindo mais em defesa e assumida uma parte maior de sua responsabilidade em nossa segurança compartilhada”, disse Hart.

O posicionamento reforça uma tendência crescente entre países europeus, que vêm sendo pressionados por Washington a ampliar seus gastos militares. No ano passado, integrantes do Velho Continente na Otan — com exceção da Espanha — se comprometeram a elevar os investimentos em defesa para até 5% do Produto Interno Bruto (PIB), uma exigência reiterada por Trump.

Peça-chave

Apesar da redução anunciada na tropa, a Alemanha segue como peça-chave para a presença militar norte-americana na Europa. O país abriga bases fundamentais para operações logísticas, inteligência e projeção de força em diferentes regiões do mundo. Entre elas, destaca-se a base aérea de Ramstein, essencial para mobilizações e operações no Oriente Médio.

Já em Büchel, os Estados Unidos mantêm armamentos nucleares, enquanto Stuttgart sedia o comando militar norte-americano para Europa e África. Outras instalações relevantes incluem Grafenwöhr, com um dos maiores campos de treinamento do Exército fora do país, e Landsstuhl, onde funciona um dos principais centros médicos militares do Pentágono.

Segundo o ministro Boris Pistorius, a presença norte-americana “interessa” a ambos os lados, pois contribui para a “dissuasão coletiva” diante da ameaça percebida da Rússia. Ele também ressaltou que essas bases são fundamentais para os próprios interesses estratégicos dos Estados Unidos, incluindo operações na África e no Oriente Médio.

Embora o impacto militar imediato da retirada seja limitado, analistas apontam que o gesto tem forte valor simbólico. Segundo uma avaliação do think tank norte-americano Atlantic Council, a postura de Trump sugere uma possível reconfiguração do papel dos Estados Unidos como garantidor da segurança europeia e reforça a ideia de que o apoio norte-americano pode se tornar mais condicionado a alinhamentos políticos.

Precedente

Essa não é a primeira vez que Washington tenta reduzir a presença militar na Alemanha sob a liderança de Donald Trump. Em 2020, em seu primeiro mandato, o magnata republicano anunciou a intenção de retirar 12 mil soldados do país europeu, alegando que Berlim não cumpria metas de investimento em defesa dentro da Otan.

O plano gerou forte reação de aliados europeus e de membros do Congresso dos Estados Unidos, incluindo de republicanos. Mas, na prática, a retirada não aconteceu. Após a eleição do democrata Joe Biden, naquele mesmo ano, a nova administração revisou a decisão e a suspendeu.

Madri denuncia detenção “ilegal”

O governo de Pedro Sanchez condenou, ontem, a detenção do espanhol-palestino Saif Abu Keshk por autoridades israelenses. Ele e o ativista brasileiro Thiago Ávila foram interceptados na última quinta-feira quando se dirigiam com a flotilha Global Sumud rumo à Faixa de Gaza. Ambos serão interrogados hoje e devem ter a prisão prorrogada.

“Estamos diante de uma detenção ilegal em águas internacionais, fora de toda jurisdição das autoridades israelenses e, portanto, Saif Abu Keshk tem que ser posto em liberdade imediatamente para voltar à Espanha”, disse o ministro espanhol das Relações Exteriores, José Manuel Albares, em declarações à rádio catalã Racl1.

Israel acusa os ativistas de terem vínculos com a Conferência Popular para os Palestinos no Exterior (PCPA, na sigla em inglês), uma associação acusada pelos Estados Unidos e pelo governo de Benjamin Netanyahu de trabalhar para o movimento radical palestino Hamas.

A chancelaria israelense assinalou, ontem, que a PCPA está sob sanções de Washington, acrescentando que Abu Keshk é “um membro de destaque”, e que Ávila “trabalha” com a mesma e é “suspeito de atividades ilegais”.

Representantes da organização israelense de direitos humanos Adalah foram à prisão de Shikma, em Ashkelon, onde os dois ativistas estão detidos. O brasileiro disse aos advogados da ONG que a prisão foi realizada com “extrema brutalidade” e afirmou que o “arrastaram com o rosto contra o chão e o espancaram com tanta força que ele desmaiou duas vezes”.

Ambos iniciaram uma greve de fome, mas bebem água, informou a organização, que classificou o tratamento que receberam como uma “grave violação dos direitos humanos”. Segundo a Adalah, eles comparecerão perante um juiz hoje, para que a detenção de ambos seja prorrogada.

Thiago Ávila e Saif Abu Keshk faziam parte da flotilha humanitária Global Sumud que, com mais de 50 embarcações, partiu de diferentes portos de Itália, França e Espanha rumo a Gaza.

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

O JOGO PARADO DA CHINA

Como consequência involuntária das sanções impostas pela Europa e pelos Estados Unidos à Rússia ao longo da última década, a moeda chinesa, o yuan, oficialmente denominada renminbi (RMB), ou a moeda do povo, encontrou um atalho para testar, em grande estilo, os meios de se tornar uma moeda internacional. Trata-se de um feito notável para um país que ainda mantém sua conta de capital fechada.

O fato é que a gigante Rússia passou a usar o renminbi de forma quase exclusiva em suas trocas com a China, seu maior parceiro comercial. De modo mais amplo, atualmente mais de 50% das transações da Rússia com o exterior são realizadas em RMB. Não custa lembrar que a Rússia é o país com o maior território do mundo, uma das 10 maiores economias do planeta, além de ser um país com forte influência política regional e capacidade de projetar força militar para além de

sua região. É um gigante. E, hoje, a Rússia depende da moeda chinesa para fazer seu comércio internacional.

Na semana que passou, chamou atenção o anúncio de que o banco central da Rússia quer que os bancos comerciais de seu país mantenham reservas obrigatórias em RMB para evitar a escassez da moeda chinesa no mercado de câmbio e conter a concessão excessiva de crédito inflacionário. Caso isso se confirme, teremos, na prática, a transferência de parte da política monetária russa para Pequim.

Será interessante observar como essa ligação se desenrolará ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito ao quanto Pequim levará em conta variáveis da economia doméstica russa nesse arranjo. Isso é relevante porque, ao manter sua conta de capital fechada, o Banco do Povo da China, que é o banco central do país, conserva um grau muito elevado de controle sobre sua moeda e, por

extensão, sobre sua economia.

Mas, se a Rússia se entregou à China para sobreviver, não há o que dizer de países que se entregam à China para se enfraquecer como nação. São vários exemplos de países se tornando fazendas da China, montadores de automóveis da China, indiferentes ao regime político-econômico fechado de Pequim.

Agora, a “renminbização” da Rússia envolve um país de um tamanho e de uma relevância que dolarização nenhuma jamais chegou perto. O país mais importante dominado pelo dólar até hoje foi a Argentina, que ainda é bem relevante na América Latina, mas, inclusive por causa das suas políticas, que variam entre erráticas e esdrúxulas, tem decaído internacionalmente e, independente disso, não é nenhuma Rússia.

Muito antes de iniciar sua jornada como moeda internacional, a moeda do povo teve uma criação sub-regional na China em um percurso bastante peculiar. Moeda revolucionária, o renminbi teve origem antes mesmo da fundação da República Popular da China em 1949.

A moeda foi criada para ser usada nas partes da China controladas pelo Partido Comunista durante a guerra civil. A partir de 1º de outubro de 1949, a nova República Popular estatizou todos os bancos do país e fez do RMB a moeda oficial.

Uma outra ironia sobre as voltas que o mundo dá é que lá naquele princípio de República Popular, as autoridades de Moscou esnobaram bastante a China. Em particular, quando Mao Zedong fez de Moscou seu primeiro destino internacional, entre o final de 1949 e o início de 1950, o então líder soviético, Stalin, deu memoráveis chás de cadeira no líder chinês, entre outras descortêsias.

O tratamento que a China está oferecendo a Moscou nos dias atuais é muito mais cordial do que o que recebeu naqueles arrogantes tempos em que Moscou era comunista, capital da URSS. De todo modo, a saída encontrada pela Rússia para fugir do asfixiamento imposto pelo Atlântico Norte, se vinculando à economia chinesa, dá um trunfo importante a Pequim.

Além da questão da expansão do uso

do RMB para além das fronteiras chinesas, o processo de grande alinhamento comercial e político entre China e Rússia é parte de um período extremamente favorável para expansão do peso da China mundo afora.

A China não gosta de tocar a bola de primeira, é mestre em ficar na banheira esperando a bola perdida, ou o passe perfeito do alinhado deslumbrado ou o cálculo mesquinho do adversário desinformado. Inatividade estratégica é o nome que se dá no futebol à arte de jogar parado e fazer gol. O peso da China vai crescendo como consequência involuntária de ações tomadas de forma unilateral, abrupta, ingênua e arrogante por outros países, especialmente os Estados Unidos nos últimos anos. Em grande parte, tem bastado à China jogar parada, observando os erros de quem desconfia de sua ascensão e dos iludidos com a vantagem estratégica desse alinhamento automático que ninguém sabe no que vai dar.

Paulo Delgado, sociólogo